

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.635 - MG (2019/0093004-4)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : J R R DOS S (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar interposto por J R R DOS S contra acórdão proferido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.19.010334-1/000.

Noticiam os autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 19-11-2018, por ter, supostamente, cometido o delito previsto no art. 217-A, *caput*, do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Nesta via, o recorrente alega ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP, restando violado o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Requer, liminarmente, o provimento do recurso para que possa aguardar em liberdade o julgamento final do *mandamus* e, no mérito, seja revogada a prisão cautelar, deferindo-lhe o direito de permanecer em liberdade até o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se alvará de soltura.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a J R R DOS S, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 135-138):

[...]

Compulsando o feito, verifica-se que o Impetrante não conseguiu demonstrar, convincentemente, que o Paciente esteja submetido a qualquer tipo de constrangimento ilegal, sendo certo que a tese de ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva não encontra respaldo nos autos.

Com efeito, ao contrário do aduzido na inicial do writ, tem-se que as circunstâncias em que se deu a prisão do Paciente e os elementos de prova colhidos pela Autoridade Policial ensejam o reconhecimento da presença dos

pressupostos do art. 312 do Código de Processo Penal, valendo citar os fundamentos da decisão que converteu a prisão em flagrante em custódia preventiva, in verbis:

“Cuida-se de prisão em flagrante por suposto crime de estupro de vulnerável praticado, em tese, pelo autuado José Roberto Rodrigues dos Santos em face da vítima A.C.F.R.

Consoante informam os autos, o autuado vinha mantendo contato com a vítima e, nesta data, A.C. saiu de casa durante a madrugada, por volta das 4 horas, para se encontrar com o autor. Ao perceber a ausência da filha, o Sr. José Mario Fernandes Sabará acionou a Polícia Militar que, informada de que a menina foi vista na garupa de uma motocicleta conduzida pelo suspeito, diligenciaram até encontrá-los em Aruega, local próximo à cidade de Novo Cruzeiro.

Em suas declarações, tanto a vítima A.C., de apenas 13 anos de idade, quanto o autuado, confessaram que mantiveram relações sexuais durante o tempo em que estiveram a sós.

Em síntese, são os fatos.

O Auto de Prisão em Flagrante encontra-se plenamente lícito, vez que formalizado em atenção a todas as suas formalidades legais, obedecendo-se, ademais, os direitos constitucionais do conduzido. Ademais, a sua instrução indica a existência de indícios veementes de autoria, além da probabilidade acerca da materialidade delitiva, atestada pelo boletim de ocorrência e também pelas provas testemunhais.

Logo, ao amparo do artigo 310, inciso I, HOMOLOGO a prisão precavida lavrada pela Polícia Judiciária.

Noutro vértice, tenho que a prisão cautelar se faz necessária como garantia à ordem pública, determinada, neste caso, pela integridade física e psíquica da vítima.

Ressalto que a periculosidade do autuado resta evidenciada, sobretudo, pelo esquema empregado para atrair a ofendida, considerando a amizade com o seu pai e a frequência à sua casa. Demais disso, infiro que o autuado teve acesso à vítima por meio de bilhete que lhe foi enviado à escola, o que denuncia a possibilidade de alcançá-la não apenas em sua residência.

Cabe ainda considerar que a vítima tem apenas 13 anos de idade, o que faz presumir de forma absoluta

a sua incapacidade de autodeterminação para iniciação da vida sexual, sendo facilmente manipulada por ardis de pessoas experientes, que se valem da sua imaturidade finalisticamente para praticar com ela atos libidinosos de todos os tipos. Nesse sentido decidiu o STJ, no REsp repetitivo n. 1.480.881/PI.

À vista do exposto, não resta dúvida de que a conduta em tela encontra perfeita adequação aos preceitos do artigo 217-A do Código Penal, acrescido pela Lei 12.015/2009.

Diante de todos os fundamentos, ao amparo do artigo 312 e artigo 313, inciso I (crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos) **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA** do flagrantado José Roberto Rodrigues dos Santos.

(...)” (sic, f. 01/03 – doc. de ordem 5).

Inicialmente, urge dizer que a decisão que convolou a prisão em flagrante do Paciente em custódia preventiva está devidamente fundamentada, adequando-se aos ditames do art. 310, caput e inc. II, do Código de Processo Penal e do art. 93, inc. IX, da Constituição Federal.

Examinando a decisão, tem-se que o Magistrado a quo, atento aos fatos descritos no Auto de Prisão em Flagrante (f. 01/13 – doc. de ordem 3), vislumbrou a existência de indícios de autoria, bem como a materialidade do delito, e, em assim sendo, converteu o flagrante em custódia preventiva, em razão de restarem configurados os requisitos ensejadores desta segregação cautelar (art. 312 do Código de Processo Penal).

ia (f. 03/05 – doc. de ordem 2), do Auto de Prisão em Flagrante (f. 01/13 – doc. de ordem 3), do Boletim de Ocorrência (f. 19/23 – doc. de ordem 3) e do Exame de Corpo de Delito (f. 29/31 – doc. de ordem 3).

Quanto aos indícios suficientes de autoria, estes também se mostram presentes.

Segundo consta, na data dos fatos, o Paciente José Roberto Rodrigues dos Santos teria enviado um bilhete para a vítima A.C.F.R. enquanto esta se encontrava na escola, pedindo para que ela o encontrasse durante a madrugada. Apurou-se que, no mesmo dia, por volta de meia-noite, a ofendida teria deixado sua residência sem o conhecimento de seus genitores, e se encontrado com o Paciente, que a levou até um matagal e com ela praticou conjunção carnal.

Há informações de que, ao acordar e perceber que a filha não estava em casa, o pai da ofendida teria acionado a

Polícia Militar, que logrou êxito em localizar a adolescente em companhia do Paciente, ocasião em que ambos relataram a prática delitiva.

Sabe-se que a prisão preventiva não exige a certeza da prática da infração penal pelo agente, mas apenas um lastro probatório superficial mínimo vinculando o acusado ao delito, o que, no caso em tela, restou demonstrado.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator